

# CÂMARA DOS DEPUTADOS



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**  
**Nº 3350, dé 2017**

**Do Sr. Deputado VITOR VALIM**  
**ao**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA**  
**PÚBLICA**



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3350, DE 2017.**

(Do Sr. Vitor Valim)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V.Ex<sup>a</sup>. que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública o presente pedido de informação sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará, com base no seguinte:

a) a situação em presídios cearenses caracteriza severa crise na segurança pública estadual. Somos de opinião de que os detentos estão com liberdade excessiva dentro das unidades, utilizando de redes sociais para despertar intenso terror na população;

b) as redes sociais têm possibilitado a comunicação entre os detentos membros de facções criminosas, transportando suas ações para além dos muros dos presídios. A população do Ceará passou o ano em clima de terror;

c) tendo em vista o acima exposto e a necessidade de informações para o processo legislativo, pergunta-se:

- qual foi o apoio oferecido ao Ceará e/ou seus Municípios (2016/2017) em termos de repasse de recursos relativos à segurança pública?





- quais foram outros tipos de apoio oferecidos (envio de tropas da FN etc), no mesmo período, aos entes federados compreendidos na base territorial do Ceará

- existe algum estudo interno do Ministério ou algum plano para reforçar a ajuda ao estado do Ceará?

Na certeza de que todos estamos interessados em fortalecer a segurança pública e a cooperação entre a União, Estados e Municípios, solicitamos o envio de dados bem detalhados.

19 DEZ. 2017

Sala das Sessões, em de de 2017.

  
Deputado VITOR VALIM





CÂMARA DOS DEPUTADOS

10/01/2018  
10:10

## **MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

**RIC 3.350/2017** - do Sr. Vitor Valim - que "Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará. "



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3350/2017

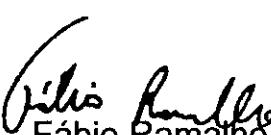
**Autor:** Deputado Vitor Valim - PMDB/CE

**Destinatário:** Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

**Assunto:** Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará.

**Despacho:** O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em 14 de fevereiro de 2018.

  
Fábio Ramalho  
Primeiro-Vice-Presidente

CD187634315763\*



Câmara dos Deputados

## RIC 3.350/2017

**Autor:** Vitor Valim

**Data da Apresentação:** 19/12/2017

**Ementa:** Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará.

**Forma de Apreciação:**

**Texto Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de tramitação:**

Em 23/02/2018

  
**RODRIGO MAIA**

Presidente da Câmara dos Deputados

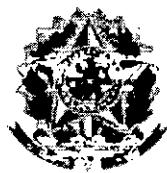


2898089424



5951364.

08027.001069/2017-11

**PRIMEIRA-SECRETARIA**

Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.

Em 18/03/2018 às 10:52  
 Assinado por Torquato Jardim  
 Servidor Ponto  
 Portador

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES (AFEPAR)

Ofício n.º 70/2018/AFEPAR-MJ

Brasília, 1º de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
 Deputado FERNANDO LÚCIO GIACOBO  
 Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
 Câmara dos Deputados  
 70160-900 - Brasília - DF

**Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 3.350/2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE).**

Referência: Ofício 1<sup>a</sup>Sec/RI/E/nº 1871/2017, de 28 de fevereiro de 2018.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa, em resposta ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 3.350/2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE).

2. Aproveito a oportunidade para esclarecer que as informações ora prestadas foram produzidas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, antes, portanto, da publicação da Medida Provisória (MPV) nº 821/2018, de 27 de fevereiro de 2018, que o transformou em Ministério da Justiça e criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Atenciosamente,

**TORQUATO JARDIM**  
 Ministro de Estado da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **TORQUATO JARDIM, Ministro de Estado da Justiça**,



em 07/03/2018, às 18:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8:539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5951364** e o código CRC **208F915D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

## ANEXOS

1. Memorando nº 1/2018/ASS-SENASA/SENASA (5682537, e respectivos anexos: 5669596, 5664657, 5659409, 5662088, 5677884, 5457698 e 5663062);
2. Despacho nº 1518/2017/GAB-SENAD/SENAD (5677537);
3. Memorando nº 32/2018/GABDEPEN/DEPEN (5716409), e respectivo anexo (5689993).

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.001069/2017-11

SEI nº 5951364

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,  
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)



5682537

08027.001069/2017-11



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Memorando nº 1/2018/ASS-SENASA/SENASA

À Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares/MJSP

Assunto: **Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017**

1. Saudando-o cordialmente, refiro-me ao Memorando nº 685/2017/AFEPAR (5636455), o qual encaminha o Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal Vitor Valim (PMDB/CE), que solicita informações "sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará".
2. Após análise desta Secretaria, encaminho o Despacho nº 43/2017/AINTI-CGI-DINT/DINT/SENASA 5669596; Despacho nº 152/2017/ENAESP/CGE/DEPAID/SENASA 5664657; Informações: nº 123/2017/CGPREV/DPSP/SENASA 5659409; nº 15/2017/CGMISP/DPSP/SENASA 5662088 e nº 58/2017/CGPL/DPSP/SENASA 5677884; INFORMAÇÃO nº 15/2017/CGPLANFN/GAB-DFNSP/DFNSP/SENA 5663062.
3. Permanecemos à disposição para outras informações, caso julgue necessárias.

Atenciosamente,

**BRUNO CALIGARIS**  
Chefe de Gabinete da SENASP



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Santos Abreu Caligaris, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 10/01/2018, às 19:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5682537** e o código CRC **A9F258DA**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Criado por vanderlei.rogelin, versão 13 por vanderlei.rogelin em 08/01/2018 11:22:31.



5636455

08027.001069/2017-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Memorando nº 685/2017/AFEPAR

Ao Senhor Secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp)

Ao Senhor Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad)

Ao Senhor Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen)

**Assunto: Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE).**

Prezados Senhores,

1. Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Senhorias, para análise e manifestação, o Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350/2017 (5636298), de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE), que solicita ao Ministro de estado da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informações "sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará".

2. O Requerimento foi apresentado ao Plenário da Câmara dos Deputados em 19/12/2017 (5636303).

3. O Parlamentar enumera as seguintes questões:

*a) a situação em presídios cearenses caracteriza severa crise na segurança pública estadual. Somos de opinião de que os detentos estão com liberdade excessiva dentro das unidades, utilizando de redes sociais para despertar intenso terror na população;*

*b) as redes sociais têm possibilitado a comunicação entre os detentos membros de facções criminosas, transportando suas ações para além dos muros dos presídios. A população do Ceará passou o ano em clima de terror;*

*c) tendo em vista o exposto acima e a necessidade de informações sobre o processo legislativo, pergunta-se:*

*- qual foi o apoio oferecido ao Ceará e/ou seus Municípios (2016/2017) em termos de repasse relativos à segurança pública?*

- quais foram outros tipos de apoio oferecidos (envio de tropas da FN etc), no mesmo período, aos entes federados compreendidos na base territorial do Ceará?
- existe algum estudo interno do Ministério ou algum plano para reforçar a ajuda ao estado do Ceará?

4. Considerando o teor das informações requeridas, e em atenção ao princípio da celeridade processual, solicito a gentileza de analisarem a demanda parlamentar, sobre ela se manifestarem, e, por fim, retornarem o presente processo à AFEPAR/MJSP, até o dia **03** de janeiro de 2018, com as informações pertinentes.

Atenciosamente,

**LUCAS GÓES**

Coordenador-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 20/12/2017, às 10:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5636455** e o código CRC **A31290DE**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08027.001069/2017-11

SEI nº 5636455

Criado por dario.rocha, versão 6 por dario.rocha em 20/12/2017 10:10:49.



5669596

08027.001069/2017-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Despacho nº 43/2017/AINTI-CGI-DINT/DINT/SENASA

Destino: **CGI/DINT/SENASA**

Assunto: **Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE)**

1. Em atendimento ao Despacho nº 1739/2017/DINT/SENASA (5650152), que faz referência ao Despacho nº 5844/2017/GAB-SENASA/SENASA (5648780) que trata do Requerimento Parlamentar de Informação RIC nº. 3.350/2017 (5636298), seguem as informações solicitadas.

2. Nos anos de 2016 e 2017 a Diretoria de Inteligência-DINT/SENASA promoveu a qualificação de 370 profissionais de Inteligência de Segurança Pública no Estado do Ceará, com o oferecimento de diversos cursos. Esses cursos tem por objetivo qualificar os profissionais de Inteligência de Segurança Pública do Ceará para que possam produzir conhecimentos mais especializado e suficiente para um assessoramento mais eficaz e efetivo aos Gestores da Segurança Pública no Estado do Ceará, propiciando uma prevenção e repressão à criminalidade mais eficiente.

3. Para os anos de 2018/2019 estão previstas diversas ações a serem efetivadas pela Diretoria de Inteligência-DINT/SENASA no Estado do Ceará e demais unidades da Federação. Dentre essas ações estão: a) ampliação no oferecimento de cursos de qualificação dos profissionais de Inteligência de Segurança Pública; b) fomentar a integração dos órgãos de Inteligência de Segurança Pública federais e estaduais no âmbito do Estado do Ceará e deste com o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; c) auxiliar na reestruturação dos órgãos de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Ceará, com a aquisição de equipamentos tecnológicos de Inteligência de Segurança Pública; d) criação e estruturação de um Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública na região Nordeste para que promova a integração de todos os órgãos de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste com os demais Estados brasileiros e Subsistema de Inteligência de Segurança Pública que tem por Agência Central esta Diretoria de Inteligência da SENASP-MJSP.

4. Todas as ações citadas no parágrafo anterior tem por principal finalidade a melhoria na análise de dados, informações e produção de conhecimentos cada vez mais qualificados e, com isso, os órgãos de Inteligência de Segurança Pública possam apresentar aos gestores da Segurança Pública conhecimentos mais amplos, seguros e suficientes para uma efetiva repressão à criminalidade comum e organizada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **KLEUDSON MOREIRA TAVARES, Colaborador(a) Eventual**, em 28/12/2017, às 08:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o



código verificador **5669596** e o código CRC **F3F4E334**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

---

Referência: Processo nº 08027.001069/2017-11

SEI nº 5669596

Criado por kleudson.moreira, versão 5 por kleudson.moreira em 28/12/2017 08:56:21.



5650152

08027.001069/2017-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Despacho nº 1739/2017/DINT/SENASA

Destino: CGI/Dint

Assunto: Acesso à Informação: Requerimento Parlamentar de Informação

Em atenção ao Despacho nº 5844/2017/GAB-SENASA/SENASA (5648780), que trata do Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal Vitor Valim (PMDB/CE), o qual solicita informações "sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará", encaminhem-se os autos à CGI para conhecimento e providências, atentando ao prazo estabelecido no Memorando nº 684/2017/AFEPAR (5636307).



Documento assinado eletronicamente por **MIRZA MONTEIRO LIMA RODRIGUES**,  
**Coordenador(a) Administrativo(a) da Diretoria de Inteligência**, em 22/12/2017, às 12:06,  
conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5650152** e o código CRC **C077BD42**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/cesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08027.001069/2017-11

SEI nº 5650152

Criado por aline.lima, versão 5 por mirza.rodrigues em 22/12/2017 12:06:33.



5648780

08027.001069/2017-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Despacho nº 5844/2017/GAB-SENASA/SENASA

Destino: **DPSP, DINT, DEPAID, DIAD e DFNSP**Assunto: **Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE).**

1. Trata-se do Memorando nº 685/2017/AFEPAR ([5636455](#)), o qual encaminha o Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal Vitor Valim (PMDB/CE), que solicita informações "sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará".

2. Desta maneira, encaminho para análise e oferta de informações para subsidiar resposta.

Atenciosamente,

**ALEXANDRE ARAÚJO MOTA**

Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Araújo Mota, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública - Substituto(a)**, em 22/12/2017, às 08:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5648780** e o código CRC **0FC1778E**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.



5636307

08027.001069/2017-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Memorando nº 684/2017/AFEPAR

Ao Senhor Chefe de Gabinete do Ministro

**Assunto: Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350//2017, de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE).**

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a V. S<sup>a</sup>, para conhecimento, o Requerimento Parlamentar de Informação (RIC) nº 3.350/2017 (5636298), de autoria do Deputado Federal VITOR VALIM (PMDB/CE), que solicita ao Ministro de estado da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informações "sobre as medidas de apoio à segurança pública do Estado e dos Municípios do Ceará".

2. O Requerimento foi apresentado ao Plenário da Câmara dos Deputados em 19/12/2017 (5636303).

3. O Parlamentar enumera as seguintes questões:

*a) a situação em presídios cearenses caracteriza severa crise na segurança pública estadual. Somos de opinião de que os detentos estão com liberdade excessiva dentro das unidades, utilizando de redes sociais para despertar intenso terror na população;*

*b) as redes sociais têm possibilitado a comunicação entre os detentos membros de facções criminosas, transportando suas ações para além dos muros dos presídios. A população do Ceará passou o ano em clima de terror;*

*c) tendo em vista o exposto acima e a necessidade de informações sobre o processo legislativo, pergunta-se:*

*- qual foi o apoio oferecido ao Ceará e/ou seus Municípios (2016/2017) em termos de repasse relativos à segurança pública?*

*- quais foram outros tipos de apoio oferecidos (envio de tropas da FN etc), no mesmo período, aos entes federados compreendidos na base territorial do Ceará?*

*- existe algum estudo interno do Ministério ou algum plano para reforçar a ajuda ao estado do Ceará?*

4. Informo que, considerando o teor das informações requeridas, é em atenção ao princípio da celeridade processual, a presente solicitação foi encaminhada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) e ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para análise e manifestação quanto à demanda parlamentar, retornando o presente processo à AFEPAR/MJSP, até o dia **03 de janeiro de 2018**, nos termos do Memorando nº 685/2017/AFEPAR (5636455).

Atenciosamente,

**LUCAS GÓES**

Coordenador-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES**, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares, em 20/12/2017, às 10:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **5636307** e o código CRC **34413F1D**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08027.001069/2017-11

SEI nº 5636307

Criado por dario.rocha, versão 9 por dario.rocha em 20/12/2017 10:05:10.

0802007463/2018-41  
28 02 18  
Tornei

Ofício 1<sup>a</sup>Sec/RI/E/nº 1871 /18

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
**TORQUATO JARDIM**  
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Assunto: Requerimento de Informação

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3348/2017	Alceu Moreira
Requerimento de Informação nº 3350/2017	Vitor Valim
Requerimento de Informação nº 3374/2018	Ivan Valente

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

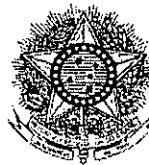
Atenciosamente,

Deputado GIACOBO  
Primeiro-Secretário

RECEBI NESTA DATA A PRESENTES DOCUMENTAÇÃO.
EM _____ / _____ / _____
Nome por extenso e legível
_____
_____
Ponto:

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1<sup>a</sup>Sec/RI/I/nº 1928 /18

Brasília, 19 de março de 2018.

Exmo. Senhor Deputado  
VITOR VALIM  
Gabinete 545 – Anexo 4

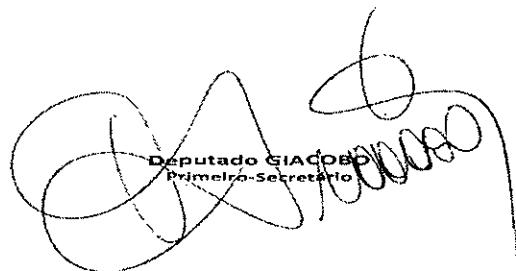
Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>19/03/2018</u> às <u>16h04</u>	
<u>Delegado</u>	<u>123132</u>
<u>Servidor</u>	<u>Ponta</u>
<u>Delegado</u>	<u>A. Carvalho</u>
	<u>Portador</u>

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 70/18/AFEPAR-MJ, 01 de março de 2018, do Ministério da Justiça, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.350/2017**, de sua autoria.

Atenciosamente,



Deputado GIACOBO  
Primeiro-Secretário



Documento : 7524 - 1/LMR